

Vicissitudes e destinos do Eu na teoria e na situação psicanalítica

Vicissitudes and destinies of the Ego in theory and in the psychoanalytic situation

Raissa de Matos Ribeiro¹

Fábio Roberto Rodrigues Belo²

Resumo

Os autores levantam questionamentos acerca da instância egoica, ressaltando a sua posição de ambiguidade na clínica psicanalítica e, conseqüentemente, na história da psicanálise. Apontam, assim, questões quanto às leituras que propõem a análise como o desmonte do Eu, assim como àquelas que propõem o seu fortalecimento, e procuram investigar outros matizes relevantes na forma de pensar sobre esta instância psíquica.

1 Raissa de Matos Ribeiro, raissamribeiro@gmail.com, Universidade Federal de Minas Gerais.

2 Fábio Roberto Rodrigues Belo, fabiobelo76@gmail.com, Universidade Federal de Minas Gerais.

Acompanham algumas oscilações quanto ao estatuto do Eu na teoria freudiana, debatendo-as a partir de ideias de Jean Laplanche a respeito das origens do aparelho psíquico e da importância da alteridade na constituição da tópica psíquica, elucidando o lugar do Eu na teoria da sedução generalizada. Tal investigação sustenta a hipótese de que o relevo dado à constituição pulsional e alteritária do Eu permite que consideremos que as funções tradutivas e de organização psíquica desta instância precisam ser reinvestidas constantemente e que este é um dos papéis de um analista.

Palavras-chave: Eu; constituição psíquica; situação analítica; Jean Laplanche.

Abstract

The authors raise questions about the egoic instance, emphasizing its position of ambiguity in the psychoanalytic clinic and, consequently, in the history of psychoanalysis. They thus point out questions regarding the interpretations that propose that the analysis is the dismantling of the Ego, as well as those that propose its strengthening, and seek to investigate other relevant nuances in the way of thinking about this psychic instance. They follow some oscillations on the status of the Ego in Freudian theory, discussing them from Jean Laplanche's ideas about the origins of the psychic apparatus and the importance of alterity in the constitution of the psychic topic, elucidating the place of the Ego in the general theory of seduction. This research supports the hypothesis that the emphasis given to the drive and alterity of the Ego allows us to consider that the tradutive and psychic organization functions of this instance need to be reinvested constantly and that this is one of the roles of an analyst.

Keywords: Ego; psychic constitution; analytical situation; Laplanche.

Vicissitudes e destinos do Eu na teoria e na situação psicanalítica

A instância egoica e o trabalho psicanalítico

No artigo “Contracorrente”, Laplanche (2001/2015, p. 94) lança duas perguntas que julga levarem a um debate aprofundado sobre a distinção entre a psicanálise e as psicoterapias: “o que é tratar, e quem trata?”. De saída, propõe de modo direto respostas que nos parecem tanto instigantes quanto complexas: tratar é dar sentido e coerência ao que o autor chama de “desligado”, a partir de seu enfrentamento. E quanto a quem trata, afirma: “ninguém trata outro além de si mesmo, pelo menos no plano psíquico. É o ser humano que trata e que se trata, constituindo-se assim como uma unidade sempre mais ou menos precária que chamamos de ‘eu’ ou ‘sujeito’” (*Id., ibid.*, p. 94). O autor alude ao debate acerca das relações entre psicanálise e psicoterapia, um tema que consideramos renovar-se continuamente e que, como ressalta Laplanche (*ibid.*), pode tornar-se banal ao centrar-se em elementos como a posição do analisando no consultório, ou o número de sessões semanais. A importância de tal tema, ao nosso ver, vincula-se a como a metapsicologia pode balizar o que ocorre em uma análise, tanto em termos da condução deste processo quanto do que se espera a partir dele.

Para Laplanche (*ibid.*), Freud se opôs a uma “psicossíntese”, posto que o movimento de síntese, de ligações que organizam um Eu, constituído por modelos e identidades que podem ser mais ou menos fixos, é fundante do psiquismo humano e se dá tendo como base as mais diversas estruturas narrativas – religiosas, psicológicas ou mesmo psicanalíticas, tais como aquelas que discorrem sobre castração ou sobre etapas no desenvolvimento psicosssexual. A exigência de romper ligações, de

analisar, refere-se, então, a um movimento em contracorrente deste que já habita os seres humanos. É o movimento, portanto, de desfazer as sínteses produzidas até então.

Laplanche nos parece, conforme pretendemos apresentar neste texto, um firme defensor de que esta é, de fato, uma especificidade da psicanálise. Contudo, encontramos em sua obra diversas indicações, tais como a citada diretamente acima, que colocam a instância egoica como componente central da empreitada psicanalítica, que, conforme destacado, tem como um de seus objetivos atribuir novos sentidos ao “desligado”. Percebemos, assim, que por mais que o autor se mantenha fiel ao que julga ser uma exigência do pensamento freudiano, entendida aqui como manter-se contrário à tendência a sínteses totalizantes que orientem o funcionamento psíquico, não pôde furtar-se a admitir a importância do movimento de ligação no psiquismo durante uma análise, movimento este que tem como agente e resultado a instância egoica; afinal, o ser humano trata de si constituindo-se como um Eu, e seria impensável, nas palavras de Laplanche (*ibid.*, p. 95), visar, com uma análise, a “anarquia pulsional”. Tais considerações levantam interrogações sobre o lugar do Eu na teorização e na prática clínica ancoradas em pressupostos laplancheanos.

Não encontramos, em Laplanche, uma teoria sobre o Eu. Encontramos, porém, alguns indícios de que este era um tema ao qual atribuiu fundamental importância. Na obra que podemos considerar como inaugural no que tange ao seu pensamento original, *Vida e morte em psicanálise*, Laplanche (1970/1985) dedica dois de seis capítulos ao estudo da relação do Eu com outros pontos centrais de sua investigação naquele momento: ordem vital e narcisismo. Ele ressalta que há lugar para uma teoria sobre essa instância em nosso escopo, desde que observemos que esta não deriva de uma relação direta com a percepção enquanto capacidade que atesta a realidade objetiva e que, portanto,

não se trata de uma instância que visa apenas à adaptação ou à proteção do organismo enquanto unidade biológica, ainda que esta seja uma concepção que vigorou em diversas formulações, inclusive freudianas (*Id., ibid.*, p. 87). Consideramos que ele nos indica uma trilha privilegiada de investigação quando afirma que a teoria psicanalítica é permeada por essas frutíferas contradições, e aponta a “contradição maior inerente à noção do ‘eu’” como exemplo destas (*Id., ibid.*, p. 10).

Compreender as movimentações pelas quais a teoria passa e que conduzem à proposição de alguns conceitos e ao enfraquecimento de outros é um caminho que percorreremos neste trabalho, entendendo-a como uma rica proposição metodológica de Laplanche. Por exemplo, em *Problemáticas IV*, Laplanche (1981/1992) se questiona sobre o estatuto das novidades em psicanálise. Ele julga que, tal como num processo psicanalítico, as aparentes novidades tendem a se remeter a pontos antigos, e particularmente a pontos que demandam retradução. O autor especificamente levanta a pergunta a respeito do Isso: o que é que retorna quando uma noção como a do Isso é efetivamente formulada? Ele assevera que nosso papel é mostrar que essa pretensa descoberta já estava anunciada desde as origens. Essa mesma pergunta acerca do Isso pode ser, a nosso ver, aplicada à ideia de Eu, posto que, embora o conceito já esteja presente na teoria psicanalítica desde os primeiros escritos, é com a proposição de 1923 que será delimitado com maior precisão.

A ampliação do questionamento laplancheano acerca do Isso para o Eu nos soa pertinente por alguns motivos principais. Do ponto de vista teórico, Laplanche (1980/1987) salienta que a introdução do Eu traz consigo uma demanda de ressituar a angústia e o recalque, requerendo que o conceito seja enfatizado. Do ponto de vista da história das ideias psicanalíticas, a delimitação do conceito de Eu em Freud, nos termos

em que esta é feita, foi acompanhada de importantes desenvolvimentos pós-freudianos – a saber, um privilégio da dimensão funcional e adaptativa sobre tal instância em alguns autores e, conseqüentemente, um forte rechaço de outras vertentes psicanalíticas ao trabalho com esse conceito. A construção da segunda tópica é marcada, como pretendemos demonstrar, pelos efeitos de um acolhimento da dimensão sexual do Eu, ao mesmo tempo em que tende, em diversos momentos, a atribuir a presença da desorganização que caracteriza o sexual apenas para o Isso, atribuindo ao Eu um lugar por demais organizado. Um dos pontos altos desse movimento é o texto de Freud (1926/2006l), “Inibições, sintomas e ansiedade”, como destacaremos adiante.

Entendemos, assim, que encontrar um direcionamento clínico para as mudanças advindas da introdução do Eu, em 1923, apresentou-se como um problema que mobilizou diversos teóricos. A partir disso, empreenderemos uma investigação sobre alguns destinos do Eu na psicanálise. Para tanto, localizamos na teoria de Laplanche uma interlocução da maior valia, entendendo que o percurso teórico deste autor o leva a propor uma metodologia de pesquisa que possibilita o foco nos pontos de dificuldade com os quais um pesquisador se deparou. Além disso, o autor propôs um corpo teórico que agrupa tanto a questão da constituição do psiquismo quanto indicações valiosas para a compreensão da situação analítica. Esta proposição, a teoria da sedução generalizada, será a nossa chave de leitura para a investigação supracitada (LAPLANCHE, 1987/1992).

Para isso, traçamos o seguinte percurso teórico: acompanhar algumas oscilações quanto ao estatuto do Eu na teoria freudiana, apontando a íntima relação trazida por Laplanche entre a atribuição do lugar de conceito à tal noção e a proposição da pulsão de morte; em seguida, elucidar o lugar dessa instância psíquica na teoria da sedução generalizada,

visando, por último, propor algumas consequências de tal leitura para a situação psicanalítica e as finalidades da análise.

Leituras sobre o Eu em Freud, a partir de Laplanche

Sabemos que a inovação da psicanálise foi abordar a sexualidade, em seu sentido ampliado, e o conceito de inconsciente, também ampliado, para o cerne de um tratamento psíquico. Deslocar a prevalência da consciência no psiquismo e mostrar como “o ego não é o senhor da sua própria casa” foi uma conquista que Freud (1917/2006h, p. 153), com toda a razão, tomou como sua. Não obstante, desalojar o Eu deste lugar não deve implicar, a nosso ver, em desalojá-lo do escopo da investigação psicanalítica. Pretendemos sustentar que a constituição pulsional do Eu, aspecto aberto por Freud com a formulação do conceito de narcisismo, é uma das vias que reassegura que tratar dessa instância não precisa – e não deve – caminhar na direção de uma teoria com vieses clínicos adaptativos e racionalizantes. Para avançar nessa temática, faz-se fundamental compreender o modo como Freud se movimentou no que diz respeito ao estatuto da instância egoica.

O conceito de Eu enquanto uma instância psíquica, passando por sua formação e distorções, foi proposto de modo sistematizado por Freud ao longo dos anos 1920 e 1930. Contudo, em toda a sua obra, o autor remete a esse conceito e oscila amplamente quanto ao lugar que tal instância ocupa no aparelho psíquico. Percorreremos alguns momentos significativos de tal movimento, visando mostrar as tensões presentes na sua proposição.

Para Laplanche (1970/1985, p. 60), o “Projeto para uma psicologia

científica” (FREUD, 1895/2006a) é “o grande texto freudiano sobre o ego”, motivo pelo qual julgamos relevante tratar de algumas concepções de publicação póstuma presentes neste esboço. Ainda que a partir de uma concepção de aparelho psíquico enunciada em termos neurológicos, Freud (*ibid.*) trata, então, de encontrar um modelo para o funcionamento do psiquismo que pode ser relacionado com desenvolvimentos presentes em toda a sua obra. Em “Projeto para uma psicologia científica”, os problemas com os quais o autor se confronta na clínica das neuroses e nos sonhos são abordados a partir de um aparelho psíquico que tende sempre ao esvaziamento da energia que transita dentro de seus componentes, o que recebe a denominação de princípio da inércia neurônica. Essa tendência à descarga ou tendência ao zero será constantemente afirmada na teoria freudiana, recebendo alcunhas diversas: princípio da inércia neurônica, princípio do prazer, princípio da pulsão de morte (LAPLANCHE, 1970/1985, p. 63).

O meio pelo qual os neurônios – ou, segundo o paralelo traçado por Laplanche, as representações – podem se esvaziar quando investidos de excitação é denominado de processo primário, modalidade de trânsito que permite que a energia psíquica se movimente livremente dentro do aparelho. Esse aparelho inicial, aberto e permeável a estímulos externos e internos e regido pela circulação livre de energia entre as representações, não precisa de um Eu para perceber a realidade (*Id., ibid.*, p. 65). O problema desse organismo, que conduz à introdução do Eu, segundo Freud, seria a distinção entre “o que é a realidade daquilo que quer se dar como realidade vindo do interior” (*loc cit.*). Isso quer dizer que, simultaneamente confrontado com as excitações internas derivadas de processos fisiológicos e dominado pelo princípio que visa à descarga de forma direta, o organismo tenderia a reinvestir traços de experiências de satisfação passadas, podendo alucinar com a satisfação de uma necessidade fisiológica. Laplanche (*ibid.*, p. 63) afirma que “esse princípio

da inércia neurônica, que vai tornar-se, na evolução do pensamento freudiano, o princípio de prazer, não é um princípio de vida e que ele não tem nem mesmo nada a ver com o funcionamento vital”. Assim, é evidente que um organismo que funcionasse segundo esse princípio não seria viável biologicamente, de modo que é preciso que essa função primária se modifique em uma função secundária, imposta pelas exigências da vida.

A profunda desadaptação do organismo humano à sobrevivência já aparece com amplas consequências nesse sentido, com a delimitação de que este precisa desenvolver uma função de discriminação entre o que vem de fora e o que vem de dentro para que possa distinguir entre a alucinação de ter uma necessidade satisfeita e a satisfação de tal necessidade, função que doravante será atribuída ao Eu e vinculada ao chamado processo secundário.

O Eu é introduzido, nesse momento tão preliminar da teoria, em um lugar que não dispõe de uma relação privilegiada com a realidade, senão com a necessidade de inibir a circulação de um excesso de realidade vindo do interior do próprio organismo, inundado por excitações – quantidades, nos termos do “Projeto” –, impedindo que a descarga impelida pelo princípio da inércia neurônica se dê sem que o organismo tenha, de fato, recebido o aporte do adulto para sua sobrevivência. Freud afirma que essa função inibidora se mantém a partir do investimento de energia constante em tal grupo de neurônios, permitindo que ele tenha condições de efetuar o processo secundário. Para Laplanche, o Eu descrito no “Projeto” introduz

um processo de ligação que retém e faz estagnar a energia no sistema fantasmático, impedindo-o de circular de maneira absolutamente livre e louca. É o aparecimento do processo

secundário, processo que é tão-somente o resultado induzido pela existência de uma primeira massa ela própria ligada, o ego, este estando ligado no sentido próprio por um limite, um invólucro [...] (*Id., ibid.*, p. 68).

Essa ideia de uma parte do aparelho psíquico que precisa, ela mesma, ser investida da energia que ela visa conter tem uma íntima relação com desdobramentos que seguirão sendo explorados no que tange à constituição e ao funcionamento egoicos. Cabe ressaltar que tal concepção, embora permeada por desvios que a aproximam de um funcionamento ancorado em funcionalidades biológicas, já abarca possibilidades de entender o Eu como uma instância que precisa ser fundada a partir de investimentos pulsionais, apontando para a alteridade em sua constituição.

Outro modo bastante significativo de aparição da noção de Eu nos primórdios da psicanálise se dá nos “Estudos sobre a histeria”, obra na qual Freud (1895/2006b) traz a ideia de que os sintomas se devem a um conflito psíquico, com a presença de um polo atacante e outro atacado. No relato do caso de Miss Lucy R., temos uma passagem exemplar dessa concepção, ainda pouco elaborada, do Eu:

Para a aquisição da histeria, vem a ser um *sine qua non* o desenvolvimento de uma incompatibilidade entre o ego e alguma ideia a ele apresentada. Espero ter a possibilidade de indicar, em outro texto, como diferentes perturbações neuróticas emergem dos diversos métodos adotados pelo “ego” para escapar a essa incompatibilidade (*Id., ibid.*, p. 148).

Desde tais momentos primordiais, o Eu figura como a instância atacada cuja tarefa é se defender, a partir da retirada da consciência, de ideias

que se opõem a ele, regulando a circulação das excitações dentro do aparelho. Isso, por vezes, foi assimilado à ideia de agente de autoconservação, um dos polos, portanto, do que convencionamos denominar de “primeiro dualismo pulsional”. Em um dos artigos que apresenta mais claramente a temática em questão, Freud (1910/2006d, p. 223) afirma: “[...] uma parte extremamente importante [da luta entre as pulsões] é desempenhada pela inegável oposição entre os instintos que favorecem a sexualidade, a consecução da satisfação sexual, e os demais instintos que têm por objetivo a autopreservação do indivíduo – os instintos do ego”.

Podemos considerar, numa avaliação panorâmica, que esta é uma visão que predomina até 1914, com Freud trabalhando o Eu enquanto sede das pulsões de autoconservação. Convém ressaltar que, mesmo então, há uma tensão quanto ao lugar da conservação do organismo vivo, como vemos no artigo “A concepção psicanalítica sobre a perturbação psicogênica da visão” (*Id., ibid.*). Neste, temos uma função biológica, vital, totalmente interrompida pela defesa, deixando entrever que o que está sendo preservado não são propriamente as atividades vitais do indivíduo. Freud (*ibid.*, p. 225) afirma que o fato de as pulsões de autoconservação – entendidas aqui como pulsões do Eu – e das pulsões sexuais terem a seu dispor os mesmos órgãos físicos faz com que estes estejam em posição de servir a dois senhores simultaneamente. Assim, se o prazer sexual derivado da visão, a escopofilia, gera uma ação defensiva por parte do Eu por entrar em conflito com suas exigências, esta instância perderia o seu domínio sobre a função dos olhos, e a sexualidade reprimida vence, “vinga-se”, conforme afirma Freud (*ibid.*, p. 226), ao fazer-se presente na cegueira histórica.

Temos, portanto, uma aparente contradição: a vitória da sexualidade pode ser também considerada como uma vitória do Eu, que consegue

proteger a si mesmo do conflito gerado pelo desejo que se opõe à moral vigente da época. O Eu se defende de ideias insuportáveis, prejudicando, assim, a funcionalidade dos órgãos, o que aponta para a fragilidade da ideia de possíveis instintos de autopreservação funcionando de modo natural no humano. Em outras palavras, temos, no artigo em questão, a proposta de que a preservação de um certo conjunto de ideias, aqui vinculadas intimamente à moralidade, ganha privilégio em relação à preservação de uma função efetivamente vital e consoante com a conservação do organismo. O sexual foi, afinal, vitorioso do ponto de vista tanto do ataque pulsional quanto egoico.

O estudo sobre “O caso Schreber” representa um ponto de importante interesse voltado ao Eu na obra freudiana (FREUD, 1911/2006e). Acompanhamos Celes (2014) na reflexão de que este caso inaugura uma preocupação especial com a instância, mas ainda de modo prioritariamente vinculado a uma função moral, muito próxima da consciência: “O Eu personalidade, total e unitário, conservador da ‘identidade do sujeito’, por assim dizer, é o que se opõe ao desejo inconsciente (no caso, o desejo homossexual que se apresenta na fantasia de transformação em uma mulher)” (*Id., ibid.*, p. 14). Todavia, Freud (1911/2006e), no mesmo texto, aborda uma face diferente, referindo-se ao Eu enquanto objeto de investimento libidinal na megalomania e que se desenvolve a partir das identificações – não sendo, portanto, um *a priori* no aparelho psíquico. Além disso, as hipóteses de Freud sobre o caso apontam para a possibilidade de variações, de regressões, como ele denomina, no funcionamento dessa instância, abrindo espaço para pensarmos nela de modo mais contingente e vinculado com a alteridade, como elucidaremos adiante.

Em um artigo escrito aproximadamente na mesma época, “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental”, Freud (1911/2006f)

nos apresenta uma outra concepção, bastante desviada da alteridade, na origem do aparato psíquico. Ele aposta em um estado de “repouso psíquico” (*Id., ibid.*, p. 238), no qual já existiriam pensamentos e satisfações alucinatórias, que teria sido interrompido a partir das exigências da ordem da necessidade orgânica, que culminariam na frustração e no abandono desse modo autocentrado de funcionamento. A partir disso, “o aparelho psíquico teve de decidir tomar uma concepção das circunstâncias reais no mundo externo” (*loc. cit.*), decisão que introduziria o funcionamento do princípio da realidade, em aparente substituição ao princípio anteriormente vigente, o de prazer. Aparente substituição, pois Freud (*ibid.*, p. 241) nos informa que tal “desenvolvimento tem lugar nos instintos do ego”, uma vez que a sexualidade, encontrando a princípio satisfação autoerótica, e depois o período de latência prévio à puberdade, não experimentaria a frustração que leva à supremacia da realidade.

Chega-se, assim, a uma distinção entre o Eu-prazer e o Eu-realidade, sem que se faça menção ao desamparo inicial do bebê humano e à intervenção necessária do adulto para que este sobreviva. No texto supracitado, o adulto figurará tardiamente enquanto agente educador que oferece amor como recompensa pelas renúncias que o Eu efetuou quanto ao princípio do prazer, numa vertente pedagógica que culmina em uma advertência acerca do risco de essa renúncia não ocorrer, como no caso de uma “criança mimada” que não teme perder o amor daquele que dela cuida (*Id., ibid.*, p. 242).

No artigo previamente mencionado, tais transformações no funcionamento do Eu acompanham alterações no que diz respeito aos destinos da sexualidade, que precisa passar por uma espécie de evolução que levaria ao “amor objetal a serviço da procriação”, também apontando para uma certa vitória da realidade objetiva sobre o “desprezo” pelo teste de

realidade, que seguiria existindo no plano inconsciente (*Id., ibid.*, p. 243). Nesse contexto, a neurose se configura como uma deficiência da realidade em exercer sua superioridade, ficando o paciente preso, inibido, em algum aspecto do desenvolvimento do Eu ou da libido, sendo, assim, submetido aos efeitos das fantasias inconscientes. Esse Eu ao qual Freud alude desempenha mais uma função adaptativa do que uma função de defesa. É como se ele já existisse desde o princípio, sendo habitado por moções que se satisfaziam por conta própria e, a partir do contato com a realidade, se tornasse gradualmente mais dependente e, conseqüentemente, dócil. As conseqüências clínicas desse modelo implicam a consideração de que o Eu sucumbe diante de sua incapacidade de se adaptar às frustrações e que seu fortalecimento seria uma direção para o combate à neurose, posição teórica amplamente sustentada por Hartmann (1939/1968), por exemplo.

Em outra direção de entendimento sobre o Eu, Freud (1914/2006g), partindo de discussões acerca da homossexualidade e dos casos que não se enquadravam nas proposições sobre a neurose de transferência, toma o termo “narcisismo”, oriundo das observações de sexólogos, para tecer considerações sobre um processo de constituição psíquica comum aos seres humanos. Ele focaliza, além dos fenômenos acima citados, a vida mental das crianças e dos povos primitivos, marcadas pela onipotência do pensamento, e afirma que, a partir de tais observações,

formamos a ideia de que há uma catexia libidinal original do ego, parte da qual é posteriormente transmitida a objetos, mas que fundamentalmente persiste e está relacionada com as catexias objetais, assim como o corpo de uma ameba está relacionado com os pseudópodes que produz (*Id., ibid.*, p. 83).

A proposição deste destino para a libido, o próprio Eu, é considerada

por Laplanche como intimamente associada à compreensão da gênese da instância. Ele afirma que o essencial da introdução do narcisismo é o paralelo da relação libidinal estabelecida com “o próprio corpo e o ‘corpo de um objeto sexual’ tratado como um todo, afagado, contemplado e acariciado: contemplação, cuidados e carícias são constituição e confirmação da forma total, do limite, do invólucro fechado que constitui o revestimento cutâneo” (LAPLANCHE, 1970/1985, p. 73). Assim, o autor salienta que a gênese do conceito tem como base observações sobre os “casos raros” (*loc. cit.*), como a demência precoce e a parafrenia, mas aponta para um aspecto constitutivo: o corpo é objeto de investimentos libidinais, o que entretém intrínseca relação com a constituição de limites psíquicos. O Eu recebe o novo estatuto de sede de libido – e só se constitui por investimento libidinal –, oficialmente imerso, portanto, no plano da sexualidade.

A suposição freudiana, presente em “Sobre o narcisismo: uma introdução”, de que “uma nova ação psíquica” é necessária para a formação do Eu possibilita uma série de consequências importantes no que tange à concepção de aparelho psíquico para a psicanálise (FREUD, 1914/2006g). Tal suposição permite que nos distanciemos de proposições biologizantes, inatistas, e nos debruçemos sobre o Eu enquanto instância que precisa ser constituída e que é, enquanto tal, dependente dos inúmeros arranjos de cuidado necessários para a sobrevivência do bebê humano, nos quais o investimento libidinal do outro (cuidador) está invariavelmente presente. Portanto, é nesse movimento que permite vincular a constituição do Eu a um investimento libidinal dos cuidadores que encontramos a base para afirmar que tal instância criada e mantida por investimentos pulsionais não se opõe totalmente à sexualidade.

De forma paradoxal, a introdução do narcisismo simultaneamente sexualiza o Eu e inaugura um movimento de dessexualização da teoria

psicanalítica que fará com que o conceito se torne pivô de importantes discordâncias teóricas. No mesmo trabalho, Freud também tece considerações acerca do narcisismo primário. Segundo Laplanche (1970/1985), uma acepção dessa noção, diferente daquela presente no texto de 1914, vai tornar-se predominante no pensamento freudiano a partir de 1920 e será tomada como um primeiro estado no qual o organismo seria fechado sobre si, anterior à constituição do Eu. As necessidades internas seriam satisfeitas pela via da alucinação e é apenas a partir da falência real de tal circuito que a relação objetal seria possível – tal qual a proposta exposta no texto sobre os dois princípios do funcionamento mental (FREUD, 1911/2006f). A concepção de uma fase “anobjetal” para Laplanche (1970/1985, p. 77) pertence ao “grande mito biológico de Freud”, que encontrará seu apogeu em “Além do princípio de prazer” (FREUD, 1920/2006i) e representa, assim, um extravio com relação ao papel fundamental dado ao aporte sexual do outro na constituição do aparelho psíquico.

Em uma virada cronológica, aproximamo-nos do momento em que a noção de Eu ganha o estatuto de conceito em um contexto no qual vale uma breve pausa, vinculado ao chamado segundo dualismo pulsional (FREUD, 1923/2006j). Laplanche (1970/1985, p. 13) nos mostra que a introdução da morte no freudismo é tardia e enigmática, mas passa a ocupar o primeiro plano das formulações teóricas do autor. Apesar disso, Freud não desenvolveu as consequências clínicas da pulsão de morte, mantendo suas considerações centradas no “rochedo” do complexo de castração (*Id., ibid.*, p. 14). Ora, há algo bastante curioso no fato de a pulsão de morte não ter sido explorada clinicamente por Freud, uma vez que, nos dizeres deste autor e de comentadores como Strachey, a introdução de tal conceito foi ancorada precisamente no confronto com casos que pareciam se remeter a traumas de natureza mais misteriosa, como as neuroses traumáticas, e também ao fenômeno clínico da reação terapêutica negativa.

Esse aparente desvio quanto aos destinos que Freud dá ao conceito de pulsão de morte ajuda a fomentar a tese de Laplanche (1970/1985) de que essa introdução deve mais tributo, no conjunto do pensamento freudiano, à necessidade de um retorno da dimensão mortífera da sexualidade, a qual vinha se distanciando do foco a partir do narcisismo. É a partir da reformulação do conflito pulsional, com a pulsão de morte, que Freud irá também propor uma tópica psíquica que confere ao Eu o estatuto de instância.

O Eu é inserido na teoria como uma instância em um momento, segundo Laplanche, de resgate da dimensão demoníaca do sexual. Retomando a pergunta que formulamos acima, que importância podemos dar à introdução desse conceito naquele momento e nos termos em que é feita? O resgate da dimensão mortífera do sexual vem acompanhado precisamente de uma instância de caráter antropomórfico, com amplos poderes de controle desse sexual. Consideramos este um exemplo da ideia, explorada por Laplanche (1993), de que o movimento da teoria tem a ver com o movimento da constituição do psiquismo, no sentido de que, diante do confronto do que há de mais desligado e desligante da sexualidade, formasse a noção de uma instância estável e mediadora. Seguiremos explorando essa ideia na sequência. Por ora, voltemo-nos brevemente ao texto no qual tal noção é abordada – isto é, “O ego e o Id” (FREUD, 1923/2006j).

Inicialmente, Freud (*ibid.*) ressalta uma noção à qual se remete de forma constante: a psicanálise descobriu que há processos que nos influenciam, mas que não podem vir à consciência devido a uma força que a eles se opõe – a resistência –, fazendo com que permaneçam em um estado de recalamento. Tal força de oposição, atribuída diretamente ao Eu – ainda tido, então, como uma organização de processos mentais amplamente relacionável com a consciência e não como uma instância –, pode ser removida a partir da técnica da psicanálise. Para Freud (*ibid.*), esse fato

constitui uma prova de que tal concepção dinâmica da mente tem pertinência. No entanto, o autor se depara com um desconcertante problema clínico, o qual descreve do seguinte modo:

Ora, descobrimos durante a análise que, quando apresentamos certas tarefas ao paciente, ele entra em dificuldades; as suas associações falham quando deveriam estar-se aproximando do reprimido. Dizemos-lhe então que está dominado por uma resistência, mas ele se acha inteiramente inadvertido do fato e, mesmo que adivinhe, por seus sentimentos desprazerosos, que uma resistência se encontra então em ação nele, não sabe o que é ou como descrevê-la. Entretanto, visto não poder haver dúvida de que essa resistência emana do seu ego e a este pertence, encontramos-nos numa situação imprevista. Deparamo-nos com algo no próprio ego que é também inconsciente, que se comporta exatamente como o reprimido – isto é, que produz efeitos poderosos sem ele próprio ser consciente e que exige um trabalho especial antes de poder ser tornado consciente (*Id., ibid.*, p. 30-31).

A divisão do aparelho psíquico em sistemas perceptivo (Pcpt), pré-consciente (Pcs)/consciente (Cs) e inconsciente (Ics) encontra um impasse a partir do momento em que se postula que uma parte do Eu é inconsciente, comportando-se como o reprimido. A ideia de que há algo inconsciente sem ter sido reprimido, juntamente com as observações sobre gradações dentro do que até então era entendido como o Eu, será o vetor principal do qual deriva, na obra freudiana, a proposição de que denominemos a “entidade que tem início no sistema Pcpt. e começa por ser Pcs. de ‘ego’, e seguindo Groddeck no chamar a outra parte da mente, pela qual essa entidade se estende e que se comporta como se fosse Ics., de ‘id’” (*Id., ibid.*, p. 37). Cabe salientar, como acrescenta Strachey em uma nota na obra previamente mencionada, que a ideia de que uma

parte do Eu é inconsciente já havia ocorrido a Freud em outras ocasiões relevantes (*Id., ibid.*, p. 31). Entretanto, é aqui que tal fato é tomado como base explícita para a distinção de um novo modelo da tópica psíquica, cujas consequências serão um agravamento das contradições nas propostas quanto ao conceito de Eu e ao lugar deste para a psicanálise.

Vemos uma oscilação entre concepções bastante diferentes sobre o Eu: em um momento, Freud novamente nos apresenta a formação dessa instância em íntima relação com o sistema perceptivo, colocando-a em um lugar de íntima adaptação com a realidade. Seguindo esse caminho, que desemboca em um debate que pode ser entendido como uma oposição entre a natureza, representada pelo Isso, e a cultura, representada pelo Eu, ele traz a célebre analogia em que compara o Eu a um cavaleiro que tenta dominar um cavalo bravo, ainda que usando da força deste mesmo animal para isso (*Id., ibid.*). Bastante distinta é a concepção que nos é apresentada logo adiante, na qual a dimensão identificatória da instância egoica é ressaltada, sendo sua constituição permeada pela mistura entre identificação e amor, complexificando as relações tópicas internas e externas que sustentam sua gênese e continuidade.

Se, como afirma Laplanche, a pulsão de morte não teve suas repercussões clínicas apresentadas por Freud, o ganho de relevo do Eu na teoria foi acompanhado de algumas considerações dessa ordem. Em “Inibições, sintomas e ansiedade” (FREUD, 1926/2006l), confere-se um grande elogio freudiano ao papel do Eu como instância de contato com o mundo externo e de consequente papel de proteção do organismo frente às ameaças vindas deste. Tal concepção coloca o Eu como o produtor da angústia, a partir da percepção de perigos reais e/ou da repetição do afeto experimentado outrora, quando diante desses perigos, para se prevenir deles. Freud (1926/2006l, p. 126) chega a afirmar, como Laplanche (1980/1987) resalta, que a “exigência instintual não é, afinal de contas, perigosa em si” e que

a angústia seria mobilizada, na verdade, em virtude de perigos reais, apontando, surpreendentemente, a castração real como exemplo destes.

Julgamos ter apresentado alguns elementos suficientes para afirmar que tais proposições são um desvio de Freud quanto à sua própria inovação, conforme exploraremos em uma interlocução com Laplanche (1993). O contexto no qual o Eu é introduzido como conceito nos permite compreendê-lo como uma noção que se relaciona intimamente com o problema que ganha sua maior manifestação com a proposição da pulsão de morte: o ataque do qual o psiquismo precisa se defender é interno. A pulsão de morte freudiana compreende a questão da sexualidade mortífera e demoníaca que se encontrava em pleno vigor nos primeiros escritos de Freud. A instância egoica pode ser associada à necessidade de proteção frente a esse ataque que vem de dentro, a partir dos elementos sexuais invasivos que se inserem no incipiente psiquismo do infante, decorrentes da intervenção cuidadosa do adulto sobre ele. Esse ponto é um dos pilares de nossa investigação, o que nos conduz à terceira seção deste trabalho.

O Eu na teoria da sedução generalizada

A teoria da sedução generalizada de Laplanche tem sido objeto de investigação da parte de diversos autores, como Belo (2012), Melo Carvalho (2001) e Ribeiro (2000). Retomamos, aqui, pontos fundamentais que nos possibilitam investigar o papel do Eu nessa teoria, aprofundando a problematização que suscitamos a partir das concepções freudianas apresentadas.

Em *Novos fundamentos para a psicanálise*, Laplanche (1987/1992) aprofunda formulações acerca da constituição do psiquismo que já o preocupavam desde *Vida e morte em psicanálise*, quando enuncia o papel da alteridade, do adulto cuidador, na gênese do psiquismo infantil (LAPLANCHE,

1970/1985, p. 87, por exemplo). É na obra de 1987 que tal ideia ganha estatuto de uma teoria sobre os primórdios – a teoria da sedução generalizada. O bebê, para o autor, é dotado de capacidades comunicativas, produzindo comportamentos que têm um potencial comunicativo e que geram efeito sobre seu entorno (*Id., ibid.*, p. 99). Ele não é, porém, dotado de modo inato de qualquer intencionalidade nessa interação com o mundo, sendo caracterizado por uma passividade quanto ao que produz no outro e ao que partirá deste em sua direção. Laplanche (1970/1985, p. 100) dá todo o relevo a essa situação originária, asseverando que o verdadeiro problema para o pequeno humano está em “fechar um si mesmo, ou um ego, qualquer que seja, aliás, a periferia, a circunferência desse ego”. Laplanche (*ibid.*) postula, assim, um frágil estado de total abertura ao outro como algo que marca os primórdios do psiquismo humano.

Nesse primeiro estado de passividade e de total desajuda no que tange às possibilidades de sobreviver sem a intervenção do adulto, o infante será afetado pelas mensagens presentes nos cuidados destes que dele se ocupam (*Id., ibid.*). Ainda que tais ações cuidadosas sejam inteiramente vinculadas, a nível consciente, com os suportes mais ternos e adequados ao bebê, elas serão sempre comprometidas com a sexualidade infantil e inconsciente que habita esse adulto. Cabe ressaltar, aqui, o que Laplanche (1987/1992, p. 27) apresenta como uma “função profundamente ‘anti-homeostática’” dos cuidados dispensados à criança, apontando para um paradoxo presente na fundação do psiquismo humano: os cuidados, ao mesmo tempo que essenciais para a manutenção da vida do bebê, serão também vetores daquilo que o desviará para sempre de qualquer programa de funcionamento ancorado em um modelo instintivo e natural que vise à homeostase do organismo. Mesmo que profundamente comprometido com a manutenção da vida do infante, o adulto o confrontará com algo que excede o plano vital biológico, algo do próprio inconsciente que se apresenta como uma parte enigmática, e por isso

interpelante, das mensagens presentes em suas ações.

Seguindo o modelo estabelecido pela “Carta 52 de Freud a Fliess” (FREUD, 1896/2006c), Laplanche (1987/1992) irá propor que o bebê é impelido a traduzir tais mensagens, às quais denomina, nesse texto, de significantes enigmáticos. Com o auxílio da leitura de Melo Carvalho (2001, p. 44) a respeito de tal aspecto da teoria, acrescentamos que a mensagem enigmática é inscrita no psicossoma do bebê em um momento em que não há possibilidade de tradução desta, mas no “confronto com novas mensagens que evocarão o que já foi inscrito, ocorrerão as primeiras tentativas de tradução por parte da criança”. O inevitável fracasso parcial dessa tradução é o recalçamento originário, e desse movimento resultam os objetos-fonte da pulsão, restos de tradução que são as inscrições inconscientes que fomentam, simultaneamente, a divisão do psiquismo em dois aspectos antagônicos: tanto os aspectos mortífero e fragmentador, correspondendo ao inconsciente, quanto os aspectos sintetizante e defensivo, a instância egoica (LAPLANCHE, 1987/1992, p. 157).

Chegamos, assim, a uma discussão sobre o ponto de vista tópico na teoria da sedução generalizada, na qual seguiremos de perto a explicação laplancheana presente em *Novos Fundamentos* (*Id., ibid.*, p. 142). O autor ressalta que a tópica é fundamental para compreender o recalçamento e vice-versa, uma vez que os dois tempos do recalçamento originário aos quais nos remetemos acima são indissociáveis do movimento que resulta na gênese da tópica psíquica. É essencial demarcar que, no primeiro tempo do recalçamento originário, não há um Eu e tampouco um Isso – ou melhor, não há divisão no psiquismo. O que existe nesse momento é uma totalidade, denominada aqui de psicossoma, que coincide com a periferia do corpo. A não existência de um agente psíquico que tenha qualquer condição de se apropriar ou compreender o que se passa nesse corpo, e menos ainda a possibilidade de assimilar

os excessos provenientes do inconsciente de seus cuidadores, conduz à proposição de que há, nesse estado, uma desorganização psicossomática que suscitará a tentativa de tradução.

A partir do fracasso de tal tentativa, com a referida divisão do psiquismo em dois aspectos antagônicos, cria-se uma tópica psíquica na qual o objeto fonte da pulsão representa um objeto interno-externo (*Id., ibid.*, p. 144), algo que ataca o Eu, externo a ele, porém interno ao psiquismo, como o corpo estranho interno ao qual Freud (1895/2006b) se refere nos “Estudos sobre a histeria”. Aqui, o Eu já pode ser caracterizado por sua posição essencialmente conflitiva como uma parte do aparelho psíquico que funciona, porém à imagem do todo, como uma metáfora do todo biológico. Portanto, o Eu age como um invólucro protetor do psiquismo diante do ataque pulsional que provém do inconsciente, sendo simultaneamente uma instância que apresenta invólucros que não são estáticos e que podem, nas palavras de Laplanche (1987/1992, p. 144), “se abolir ou se dilatar ao extremo”, como vemos no caso exemplar do sonho, em que o psiquismo é tomado por algo que pode ser assimilado à desorganização que marca seus primórdios. Todavia, cabe assinalar que a profusão de cenas e sensações que surgem nesses momentos de afrouxamento dos invólucros egoicos não corresponde propriamente à aparição dos conteúdos inconscientes. Até mesmo o sonho, tomado como modelo do rebaixamento das defesas e das sínteses egoicas, não escapa aos efeitos destas, problema que nos remete ao questionamento acerca do que pode o processo psicanalítico proporcionar a partir da consideração de que os conteúdos do inconsciente são inacessíveis por definição.

Antes de passar à investigação suscitada por tal questão, julgamos importante destacar um aspecto da concepção da teoria tradutiva do recalçamento. Ao mesmo tempo em que se configura como uma teoria que aponta para o caráter essencial da alteridade na constituição do

psiquismo, cabe ressaltar que seu potencial é ameaçado a partir do momento em que apresenta o processo tradutivo, que coloca em andamento essa constituição como demasiado natural e adaptativa, atribuindo esse movimento tradutivo-defensivo a uma iniciativa própria do bebê. Esse impasse é apresentado por Ribeiro (2010) como um problema fundamental da teoria da sedução generalizada que concerne o fato de que o próprio Laplanche incorre em um desvio que tanto denuncia em Freud: atribuir a origem do psiquismo a uma tendência interna, entendida aqui como o empuxo a traduzir que daria início a essa gênese. Em outras palavras, aquilo que Laplanche (1993, p. 17) aponta como uma “incessante recaída ‘ptolomaica’ de Freud” ao falar sobre o Eu se faz presente em seu próprio pensamento no que diz respeito à mesma instância, a partir do momento em que postula que a tradução que dá origem ao Eu e ao Isso é colocada em andamento por uma tendência oriunda não da alteridade, mas sim do próprio sujeito.

Laplanche (*ibid.*, p. 8) resalta, no texto intitulado “A revolução copernicana inacabada”, a “impossibilidade de sustentar até o fim e de forma constante” a radicalidade disto que designa sob a expressão revolução copernicana, amparada na comparação freudiana entre o descentramento abarcado pela psicanálise e aquele proposto por Copérnico. Isto por um motivo que nos parece de essencial importância para engendrar a continuidade de nosso desenvolvimento: Laplanche (*ibid.*, p. 17) afirma a inevitabilidade de um autocentramento nas teorias que se ocupam da constituição do psiquismo pelo fato de este estar “profundamente ligado ao fechamento sobre si do ser humano no próprio processo de sua constituição”. A gênese do ego como instância, acrescenta ele, é correlativa à constituição do outro interno, o inconsciente, de modo que os movimentos ptolomaicos e copernicanos de nosso psiquismo se iniciam e prosseguem em uma concomitância que nos parece apontar para a impossibilidade de tratá-los separadamente (*Id.*, *ibid.*).

Algumas consequências da concepção laplancheana de Eu para a prática clínica

Passaremos, agora, a uma interrogação sobre possíveis consequências clínicas estabelecidas a partir de tais concepções teóricas. Para elucidar o problema da posição do Eu na situação psicanalítica, remetemo-nos primeiramente ao artigo “Objetivos do processo analítico”, no qual Laplanche aponta para a imbricada relação entre os objetivos e o próprio processo (LAPLANCHE, 1998, p. 84), apresentando, assim, a reflexão anunciada no título em conjunto com algumas considerações sobre o método do qual dispõe o psicanalista. Ele nos permite ponderar sobre como esse campo do saber, que se constituiu em uma contraposição às ideologias terapêuticas correntes, acaba por ser tomado como uma prática consonante com objetivos bastante prescritivos e, por vezes, até mesmo encomendáveis por profissionais de áreas diversas – ou da própria psicanálise, referindo-se à análise didática (*Id., ibid.*, p. 82).

Laplanche nos adverte contra a psicanálise por encomenda, privilegiando o indivíduo que vem por conta própria, uma vez que “os objetivos intrínsecos ao processo se situam num plano totalmente diferente daquele dos objetivos propostos de fora para o analista” (*Id., ibid.*, p. 81). Contudo, o autor admite que essa espontaneidade nunca é plena e que não podemos nos deixar enganar por ela: o Eu do paciente sempre estará simultaneamente em uma posição de interno-externo da análise, sendo uma parte “aliada” fundamental ao processo, e será por alguma demanda externa a esse mesmo processo, como deixar de sofrer uma dor física, por exemplo (*Id., ibid.*, p. 82).

Laplanche afirma considerar discutíveis ideias vinculadas a uma retomada do inconsciente pela consciência ou à suspensão da amnésia infantil, associadas a uma concepção do inconsciente como uma “segunda

personalidade, um segundo ego que deveria ser libertado para sobrepor-se por sua vez a um ego ‘repressivo’” (*Id., ibid.*, p. 84). Conforme previamente salientado, esse tipo de concepção está intimamente vinculado à ideia ptolomaica de que existiria, afinal, um “verdadeiro Eu” que demanda libertação ou, ainda, de que a lembrança recalcada foi outrora parte desse Eu e precisa apenas ser restituída a ele (LAPLANCHE, 1993, p. 12).

Assim, pontuamos o questionamento sobre o que deve, afinal, circular em uma análise. Percebemos uma tentativa em Laplanche de simultaneamente evidenciar a importância da desconstrução das narrativas estruturantes do Eu e alertar que esta nunca será completa e que não será possível acessar e libertar os conteúdos do Isso como algo que seria da ordem de uma verdadeira natureza humana. Ademais, o autor nos mostra que a dificuldade do tema se agrava ao nos remetermos à teoria tradutiva do recalçamento, entendendo que o conteúdo inconsciente não surge nem mesmo como mensagens enigmáticas que voltariam ao âmbito da consciência como passíveis de efetiva retradução. Ele elucida que o problema do Eu enquanto instância que visa à síntese e à tradução não são as mensagens externas, mas a alteridade radical dos restos de tradução que levaram ao seu surgimento e que não se apresentam mais como algo a traduzir, e sim como algo a satisfazer, fazendo-o pelas vias apontadas por Freud em inúmeros estudos: formações de compromisso, tais como os sintomas e os atos falhos, e a compulsão à repetição (LAPLANCHE, 1998, p. 92).

A alteridade interna só é parcialmente traduzível e o que resta das mensagens enigmáticas não é transponível diretamente para o campo das representações-palavra, sempre mediadas por efeitos tradutivos ligados ao trabalho defensivo da instância egoica. Isto nos permite elucidar uma via de investigação que parece permear a reflexão

laplancheana no que diz respeito à clínica: como manter a primazia da alteridade na fundação do psiquismo como norte na situação clínica, trazendo-a para o centro do trabalho analítico, ao mesmo tempo em que admitimos a total impossibilidade de escapar a construções identitárias e sempre comprometidas com o processo defensivo? Uma vez que o reconhecimento e a tradução dos elementos originários não podem ser feitos, pois a mensagem enigmática já não existe mais, qual seria o objetivo de uma análise? Laplanche afirma tratar-se de recolocar em jogo o confronto originário com o enigma, que deu origem ao conflito secundário entre o Eu e o Isso, e de colocar a análise como método de destradição sempre conjugada com uma nova tradução, e não como uma tentativa de fazer surgir os conteúdos inconscientes propriamente ditos.

Laplanche (1981/1992, p. 130) se debruça de forma bastante pormenorizada sobre a questão da impossibilidade de conteúdos inconscientes serem retomados “em pessoa” na *Problemática IV*, texto no qual investiga os conceitos de inconsciente e de Isso, a respeito do qual faremos um desvio necessário. Nesse texto, o autor aponta como Freud precisará assumir, a partir de 1920, que a defesa é inconsciente e regulada por princípios similares aos que postulava a respeito do funcionamento inconsciente, em um modelo de descarga delimitado pelo processo primário. Ele precisará, assim, “repor o acento sobre a instância do ego”, entendendo que esta não está marcada por uma relação com a consciência (*Id., ibid.*, p. 131). Quanto a isso, Laplanche ressalta a importância de levar a sério a inconsciência do Eu, algo que a psicologia do Ego não fez, e ressalta como a introdução da segunda tópica evidencia que aquilo que está em questão em uma análise não é uma inconsciência sobre como a pessoa funciona, que seria corrigida a partir de *insights*; pelo contrário, Laplanche (*Ibid.*, p. 132), nesse texto, vai nos mostrando a insuficiência da ideia de “mecanismos ou *habitus* inconscientes” para

abarcam o que está em questão na ideia de defesa inconsciente do Eu. Ao dar relevo, entre outros pontos, à ideia de fantasias de defesa, que se caracterizam mais pelo apoio em fantasias corporais do que por mecanismos psicológicos abstratos, julga que Freud vai abrindo caminho para a conclusão de que “o polo do conflito contra o qual se exerce a defesa pode ser muito mais adequadamente qualificado de polo pulsional (o Id) do que de polo inconsciente” (*Id.*, *ibid.*, p. 134).

A partir dessa discussão sobre a tópica psíquica e seus conteúdos, temos elementos para compreender a aposta de Laplanche acerca do que precisa circular em uma análise: o que marca, afinal, o processo analítico não é passível de descrição em termos de conteúdos prontos, à espera de serem encontrados, e sim como a reativação do processo que deu origem à divisão do psiquismo e ao surgimento dessa tópica. O que se pretende mobilizar a partir dessa reativação retoma, a nosso ver, impasses sobre a concepção da situação originária em Laplanche. Na discussão que empreende em 1998, o autor afirma que há uma “hermenêutica fundadora” que marca a situação originária, em que o bebê teve que dar sentido às mensagens que recebeu nos cuidados do adulto (LAPLANCHE, 1998, p. 87). Assim, Laplanche dá todo o relevo para nortear a situação analítica, precisamente à ideia criticada por Ribeiro (2010), de que haveria uma tendência do ser humano, nos primórdios, de se perguntar: “o que é isso que me ocorre? Como posso dominá-lo, apropriando-me disso por meio de uma tradução?” (*loc. cit.*).

Trazer essa crítica ao bebê tradutor, o pequeno hermeneuta, parece-nos importante por mostrar que, tomando a revolução copernicana iniciada por Freud e retomada tão seriamente por Laplanche, é conflituoso apostar em uma compulsão à síntese fundadora, independente da convocação concreta do outro cuidador. Para que as traduções possam ocorrer, dando origem a narrativas que sustentem uma defesa contra o caráter demoníaco

da sexualidade, é preciso, na situação antropológica fundamental, um suporte do adulto, localizado na dupla função de cuidador e sedutor.

Assim, reafirmar que o Eu se constitui sempre a partir das intervenções concretas do outro cuidador nos abre algumas reflexões sobre a análise. A transferência, compreendida como reabertura da situação originária, recoloca em jogo justamente a origem alteritária do Eu, que precisa ser investido pulsionalmente para que coloque em andamento os processos de síntese que lhe são próprios. A intervenção analítica, pensada sob essa perspectiva, deve realizar um duplo trabalho. Em primeiro lugar, deve operar como a pulsão sexual de morte, facilitando o desligamento das redes narcísicas comprometidas com circuitos pulsionais que causam sofrimento ao Eu. Em segundo lugar, no entanto, a intervenção analítica deve ser feita de tal modo a permitir que a pulsão sexual de vida, pulsão à síntese, volte a operar suas ligações, recompondo o tecido narcísico de forma distinta àquela anterior – sempre há, assim, uma recomposição no horizonte da interpretação.

Finalmente, o que gostaríamos de destacar é como a problemática do Eu renova o acento da origem alteritária, inclusive da pulsão a traduzir. O movimento de síntese é um movimento comprometido com o sexual, portanto, articulado ao processo analítico como um todo. A discussão que propomos se inscreve na história da Psicanálise de forma a criticar a forte resistência a se pensar nos destinos do Eu como parte inerente de uma análise. É possível, esperamos ter demonstrado, pensar em tais destinos evitando a Cila do moralismo funcional ou ortopédico e a Caribde da idealização de um possível encontro com o Inconsciente em estado puro.

Referências

BELO, F. “O paraexcitações (*reizschutz*) e a paraskeuê”. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 17, n. 3, jul./set. de 2012, pp. 425-433.

CELES, L. A. M. “Revisitando o método freudiano de psicanálise: impasses e transformações ensinadas pelo eu”. *Cadernos de Psicanálise – CPRJ*. Rio de Janeiro, v. 36, n. 30, jun. de 2014, pp. 11-29.

FREUD, S. (1895) “Projeto para uma psicologia científica”, in Strachey, J. (org.) *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006a.

_____. (1895) “Estudos sobre a histeria”, in Strachey, J. (org.) *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006b.

_____. (1896) “Carta 52”, in Strachey, J. (org.) *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006c.

_____. (1910) “A concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão”, in Strachey, J. (org.) *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006d.

_____. (1911) “Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia”, in Strachey, J. (org.) *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006e.

_____. (1911) “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental”, in Strachey, J. (org.) *Edição Standard das Obras Psicológicas*

Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006f.

_____. (1914) “Sobre o narcisismo: uma introdução”, in Strachey, J. (org.) *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006g.

_____. (1917) “Uma dificuldade no caminho da psicanálise”, in Strachey, J. (org.) *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006h.

_____. (1920) “Além do princípio de prazer”, in Strachey, J. (org.) *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006i.

_____. (1923) “O Ego e o Id”, in Strachey, J. (org.) *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006j.

_____. (1926) “Inibições, sintomas e ansiedade”, in Strachey, J. (org.) *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006l.

HARTMANN, H. *Psicologia do ego e o problema de adaptação*. Rio de Janeiro: BUP, 1968.

LAPLANCHE, J. (1970) *Vida e morte em psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

_____. (1980) *Problemáticas I: A angústia*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. (1981) *Problemáticas IV: O inconsciente e o Id*. São Paulo:

Martins Fontes, 1992.

_____. (1987) *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. (1992) *A revolução copernicana inacabada*. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, 1993.

_____. “Objetivos do processo analítico”. *Cadernos de Psicanálise*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 17, 1998, pp. 80-101.

_____. (2001) “Contracorrente”, in: _____. *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano*. Porto Alegre, São Paulo: Dublinense, 2015, pp. 90-102.

MELO CARVALHO, M. T. “Transtornos da memória e fracasso do recalçamento na clínica psicanalítica da criança”. *Psychê*. São Paulo, v. 5, n. 8, 2001, pp. 37-56.

RIBEIRO, P. C. *O problema da identificação em Freud: recalçamento da identificação feminina primária*. São Paulo: Escuta, 2000.

_____. “Identificação passiva e a Teoria da Sedução Generalizada de Jean Laplanche”. *Revista Percurso*, São Paulo, n. 44, jun. 2010. Disponível em: https://revistapercurso.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=103&ori=edicao&id_edicao=44. Acesso em: 06 de agosto de 2023. Recebido em: 24/05/2023. Aprovado em: 26/07/2023.